

CANA-DE-AÇÚCAR X CAFÉ

Ernani Silva BRUNO
(1912-1986)

De tal forma o bandeirismo escravista e o bandeirismo minerador, nos tempos coloniais, e mais tarde a economia cafeeira, sobretudo a partir de meados do século passado, absorveram a atenção dos pesquisadores da história de São Paulo, que certa vez um jornalista (não muito enfronhado no assunto) me perguntou, aflito:

-Em termos de atividade econômica, o que ocorreu em São Paulo entre o fim do período da mineração e a expansão da lavoura do café? Há um vácuo, que não sei como teria sido preenchido...

Disse a ele que, nesse período, haveria a lembrar o ciclo do comércio de muares (trazidos do Sul e distribuídos através da Feira de Sorocaba) e o segundo ciclo paulista do açúcar. Segundo, porque o primeiro - de breve duração e repercussão pouco sensível - ocorrera no litoral de Santos e São Vicente na segunda metade do século XVI.

Esse segundo ciclo paulista do açúcar - só em tempos recentes estudado por pesquisadores como José Honório Rodrigues, Odilon Nogueira de Matos, Lucila Hermann e Maria Teresa Schoerer Petrone, entre outros - parece que fala pouco à imaginação e à sensibilidade dos paulistas, voltados como estão para a feição épica do bandeirismo das épocas remotas e para o domínio avassalador da economia cafeeira no século passado e no atual.

Esse segundo ciclo paulista do açúcar começou a se definir, aproximadamente, no período de 1750 a 1760, consolidando-se, em seguida, no tempo da restauração da Capitania de São Paulo, em 1765. Já em 1767, o governador da Capitania, Morgado de Mateus, em um dos seus relatórios para Lisboa, falando dos produtos agrícolas que podiam sobejar e, portanto, ser exportados pelo porto de Santos, referia-se aos "açúcares de Itu" - acrescentando, em correspondência do ano seguinte, que "...o açúcar é mais

barato porque se fabrica de engenhoca, com pouco custo, sem as graves despesas dos engenhos antigos...”

Sabe-se que da região de Itu, o cultivo da cana e a fabricação do açúcar se expandiriam, em torno de 1770, para o distrito de Campinas e daí para todo o “quadrilátero central” de São Paulo, compreendido entre as vilas de Jundiá, Porto Feliz, Piracicaba e Mogi-Guaçu.

Quase na mesma época a indústria açucareira se implantaria ou se consolidaria em outras regiões paulistas. No Vale do Paraíba, uma pesquisadora fixou o ano de 1770 como o do início ali do Ciclo dos Engenhos, que contribuiria para a formação das povoações de Areias, Cachoeira, Cruzeiro, Silveiras, São José do Barreiro, Queluz e Bananal. E no litoral Norte (Ubatuba, São Sebastião, Ilhabela), onde a produção de açúcar e aguardente permitiu a instalação de grandes propriedades, algumas cujas sedes, de notável arquitetura, chegaram até os nossos dias.

Mas tudo indica que a maior produção de açúcar ocorria no distrito de Itu, onde já havia, em 1785, cerca de 70 engenhos, cujos proprietários - segundo documentos da época - “andavam procurando compradores até a grande distância do Rio de Janeiro”. De poucos anos depois conhece-se uma ordem do governador da capitania aos capitães-mores de vilas e outras autoridades locais para que aprontassem todas as tropas cargueiras necessárias para o transporte de açúcar para o porto de Santos. Esse transporte oferecia sérias dificuldades. E ainda em fins do século XVIII, outro governador da capitania escrevia que, em consequência da umidade que recebia pelo caminho até o encaixotamento no porto de Santos, o produto desvalorizava-se, por causa dos jacás malforrados em que era conduzido.

Entretanto, a despeito de tais fatores adversos, os lavradores de cana e os senhores de engenho (engenheiros, como se dizia na época) eram, na Capitania de São Paulo, os homens mais ricos e os mais importantes na escala social, desfrutando certos privilégios. Em 1789, o governador ordenava ao capitão-mór da vila de Itu que chamasse os senhores de engenho e lhes dissesse que estavam livres do recrutamento militar, a fim de que ficassem “desde logo isentos para só cuidarem de suas fábricas”.

Tratava-se, todavia, ainda de uma indústria nascente em São Paulo, não suportando confronto com a que se estabelecera, desde tempos remotos, em outras regiões da América portuguesa. No fim do século XVIII, as mil caixas de açúcar exportadas pelo porto de Santos (com mais alguma coisa que saísse pelo porto de Ubatuba) não faziam boa figura ao lado das

nove mil que se exportaram pelo Rio de Janeiro, das 14 mil, de Pernambuco, das 20 mil, da Bahia.

A espécie de cana cultivada em São Paulo (como em outras partes do Brasil) até o começo do século XIX era uma só, e por isso chamada **crioula**. Só nesse tempo começou a se difundir outra variedade mais resistente, a cana de Caiena ou **otaiti**, já se fazendo, cerca de 1818, em terras de Campinas, mais uso desta última, cujos pés chegava a dez ou doze palmos de altura.

Espremiavam-se as canas em moendas que em nada diferiam daquelas utilizadas tradicionalmente em todas as áreas açucareiras do Brasil, feitas de grossos cilindros de madeira e que funcionavam movidas pela força de animais ou de água. Entretanto, em 1812, montou-se na fazenda campineira de Joaquim dos Santos Camargo o primeiro engenho de maquinismo horizontal para moagem de cana, por meio de cilindros de ferro, inovação que acarretou notável melhoria na indústria do açúcar.

Depoimento curioso e interessante sobre o assunto é o do naturalista Saint-Hilaire, que, viajando em 1819 de Minas Gerais para a cidade de São Paulo, observava: "É com a paróquia de Mogi-Guaçu que começa a vasta extensão de terras, muito povoada, que em toda a província de São Paulo produz maior quantidade de cana-de-açúcar". Acrescentava o botânico francês que as lavouras canavieiras primeiro haviam se estabelecido na área ituana, pois se acreditava que as terras pretas daquela região eram as únicas adequadas para o cultivo da cana. Mas que depois se ensaiara essa lavoura, com bons resultados, também nas terras roxas de Campinas.

Percorrendo poucos anos depois o Vale do Paraíba, o mesmo viajante notava que entre o território fluminense e a vila de Lorena, as pessoas mais abastadas deviam sua situação à produção de açúcar. Mantinham-se, nessa época, os privilégios atribuídos aos senhores de engenho em tempos anteriores, pois ainda em 1821 o governo provisório da província determinava que se cumprisse, com escrúpulo, a ordem de que não fossem chamados ao serviço militar os administradores e feitores de engenhos de açúcar, nem os proprietários deles quando não tivessem administradores ou feitores.

Existem referências à melhoria das técnicas de produção do açúcar em São Paulo, nas décadas seguintes. Assim, em 1836 - segundo o conhecido "quadro estatístico" publicado por Daniel Pedro Müller -, já se moíam as canas "com cilindros de ferro e rodas dentadas, fabricados no Ipanema", "uns servindo-se da posição vertical, outros já da horizontal".

Também nessa época já se ensaiava a melhoria das fornalhas para se poupar o combustível, “por métodos que têm por objeto encaminhar a chama pelo fundo das caldeiras”.

Mas, curiosamente, já nesse tempo se esboçava o declínio da indústria açucareira no planalto paulista. “Desde muitos anos - escrevia Alphonse Rendu em seu livro *Études topographiques, medicales et agronomiques sur le Brésil* - os cultivadores da província de São Paulo abandonaram a cultura da cana-de-açúcar” talvez pelo esgotamento das terras canavieiras de Itu e de Campinas.

Essa situação era retratada, alguns anos depois - em 1864 - no relatório da própria presidência da província, nestas palavras: “A cultura da cana tem sido quase abandonada. Os fazendeiros preferem a do café, não só por ser mais fácil e vantajosa, como também por menos sujeita às avarias e menos danosa aos escravos. Este abandono ainda mais se acentuou pela baixa do preço que sofreu o açúcar no mercado nestes dois últimos anos, em consequência do excesso de produção”.

No ano seguinte, passando pela região de Campinas, o Visconde de Taunay também registrava esse declínio da cultura canavieira em benefício da cafeeira, escrevendo: “Antigamente havia muita cultura de açúcar, mas essa foi abandonada à vista dos muito maiores proventos do café”.

O processo de substituição da lavoura da cana pela do café, às vezes dentro da mesma propriedade agrícola, foi documentado inclusive por memorialistas como Amélia de Rezende Martins, em seu livro *Um idealista realizador*, falando da vida de seu pai, o grande fazendeiro Barão Geraldo de Rezende: “A fazenda de cana, que em 1852 contara com a plantação do primeiro cafezal, com a nova direção se foi transformando quase totalmente em fazenda de café”. Mais abrangente ainda é o depoimento de Maria Pais de Barros (*No tempo de dantes*), referindo-se também a uma propriedade campineira na década de 1860 a 1870: “A fazenda não era grande, mas excelentes as terras, outrora, para a cultura da cana. Disso só restavam os destroços do velho engenho, ao lado do açude que represava a água do tanque, força motriz da roda-d'água da máquina. Agora, a exemplo de muitos outros fazendeiros, abandonava-se a antiga cultura e tratava-se de fazer grandes plantações de café, que davam enormes lucros”.

Se se tentar fazer um balanço desse segundo ciclo paulista do açúcar, que ocorreu das últimas décadas do século XVIII até aproximadamente a metade do século passado - a partir de quando o café assumiria de forma

absorvente o comando da economia de São Paulo - , constata-se que ele representou o grande fator que estabilizou, na agricultura, um povo aventureiro e quase nômade, criou a possibilidade de um comércio de exportação para o Reino de Portugal, estimulou a importação de muares do Sul do País (para formação de tropas cargueiras), e impôs a melhoria do Caminho do Mar.

Uma nova fase na história do açúcar em São Paulo só se iniciaria a partir de 1876, através da fundação dos chamados "engenhos centrais" em Lorena, Piracicaba, Capivari e Porto Feliz, em condições já bem diversas das anteriores, pois os produtores puderam contar com o recurso de equipamentos mais modernos e com o suporte das estradas de ferro para o transporte da mercadoria.

A atividade dos engenhos centrais seria, de certa forma, o esboço de uma espécie de terceiro ciclo paulista do açúcar. Ciclo que permitiria que São Paulo, dos últimos anos do século passado até a época da Primeira Guerra Mundial - em período de apogeu da economia cafeeira passasse à posição de primeiro lugar entre os Estados produtores de açúcar no Brasil

(Transcrito de **D. O. Leitura**, São Paulo, junho de 1986- Reproduzido em o número 100, setembro de 1990, da mesma publicação).